

**VENTOS DE SÃO CRISTOVÃO
ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
– em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2022

Índice

1.	INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
3.	IMOBILIZADO.....	11
4.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
5.	DESPESAS.....	13
6.	RESULTADO FINANCEIRO	13
7.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
8.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	14
9.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	15
10.	EVENTOS SUBSEQUENTES	15

VENTOS DE SÃO CRISTOVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Outros créditos		1	-	Fornecedores		1	7
				Tributos a recolher		11	-
				Arrendamentos a pagar	3.1	321	-
						333	7
Ativos classificados como mantidos para venda		-	861	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		-	672
Total do ativo circulante		1	861	Total do passivo circulante		333	679
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	3	1.069	-	Arrendamentos a pagar	3.1	710	-
				Total do passivo não circulante		710	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4		
				Capital social		16.235	16.235
				Recursos para futuro aumento de capital		775	258
				Prejuízos acumulados		(16.983)	(16.311)
				Total do patrimônio líquido		27	182
TOTAL DO ATIVO		1.070	861	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.070	861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(51)	(35)
Amortizações		(350)	-
Outras despesas		(23)	-
Total	5	(424)	(35)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	6	(248)	(111)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(672)</u>	<u>(146)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído	3.3	(0,04)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(672)	(146)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(672)</u>	<u>(146)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Recursos para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		15.467	(8)	-	(16.165)	(706)
Integralização de capital		-	8	-	-	8
Aumento de capital		683	-	-	-	683
Recursos para futuro aumento de capital		-	-	343	-	343
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital		85	-	(85)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(146)	(146)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		16.235	-	258	(16.311)	182
Recursos para futuro aumento de capital	4.2	-	-	517	-	517
Prejuízo do exercício		-	-	-	(672)	(672)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	4	16.235	-	775	(16.983)	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(672)	(146)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Amortizações	3	350	-
Juros sobre obrigação de arrendamento		248	109
Juros sobre fornecedores e impostos		-	2
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Outros créditos		(1)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(6)	1
Impostos a recolher		11	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(70)</u>	<u>(44)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado em curso	3	<u>(32)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(32)</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital		-	8
Recursos para futuro aumento de capital	4.2	517	343
Pagamento de passivo de arrendamento		(415)	(307)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>102</u>	<u>44</u>
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), com sede na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, na Rua 7 de Setembro, 77, Centro, foi constituída em 15 de março de 2013 e tem como objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (“Bela Vista XIV”), que é controlada direta da Renova Energia S.A – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), holding final do “Grupo Renova”.

1.1. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$672 (2021, R\$146) e possui prejuízos acumulados de R\$16.983 (2021, R\$16.311).

Em dezembro de 2022, o Grupo Renova concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. Com seus parques em operação comercial, a Administração da Companhia entende que terá os recursos necessários para honrar com os compromissos do Grupo Renova.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2023.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3. IMOBILIZADO

	Saldos em 31/12/2021	Reclassificação transferência ativos mantidos para venda	Adições	Saldos em 31/12/2022
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	15.242	-	32	15.274
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(15.242)	-	-	(15.242)
Total do imobilizado em curso	-	-	32	32
Direito de uso				
Contratos de arrendamento	-	1.126	526	1.652
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(265)	(350)	(615)
Total direito em uso	-	-	176	1.037
Total do imobilizado	-	-	208	1.069
	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferência ativos mantidos para venda	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	15.241.845	-	-	15.241.845
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(15.241.845)	-	-	(15.241.845)
Total do imobilizado em curso	-	-	-	-
Direito de uso				
Contratos de arrendamento	-	257.405	(257.405)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	-	-	-
Total direito em uso	-	-	(257.405)	-
Total do imobilizado	-	-	(257.405)	-

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a gastos iniciais com o desenvolvimento do projeto.

A Companhia mantém a provisão para perda por redução ao valor recuperável anteriormente constituída, no montante de R\$15.241.845, considerando que não há expectativa de realização para o investimento realizado.

3.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou 60 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2022</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	433
Direito de uso do ativo arrendado	1.652	(-) Juros a apropriar	<u>(112)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(615)</u>	Total do passivo circulante	321
	1.037	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	1.084
		(-) Juros a apropriar	<u>(374)</u>
		Total do passivo não circulante	710
Ativo total	<u><u>1.037</u></u>	Passivo total	<u><u>1.031</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>31/12/2022</u>
Despesa	
Amortização direito de uso	350
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>248</u>
Total	<u><u>598</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2024	(85)	279
2025	(65)	168
2026	(56)	98
2027	(50)	98
2028	(44)	98
2029 a 2033	<u>(74)</u>	<u>343</u>
Total	<u><u>(374)</u></u>	<u><u>1.084</u></u>

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$16.235 e está dividido em 16.234.511 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

4.2 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Bela Vista XIV, no montante de R\$517 (2021, R\$343), dos quais R\$85 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$775, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.3 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(672)	(146)
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>16.235</u>	<u>16.052</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,04)</u>	<u>(0,01)</u>

5. DESPESAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	(24)	(18)
Impostos e taxas	<u>(27)</u>	<u>(17)</u>
Total	(51)	(35)
Amortizações (nota 3)	(350)	-
<u>Outras despesas</u>		
Licenças e estudos ambientais	(23)	-
Total	<u>(424)</u>	<u>(35)</u>

6. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos ¹	-	(2)
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>(248)</u>	<u>(109)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(248)</u>	<u>(111)</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(344.468)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(907.811)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u><u>(1.252.279)</u></u>

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	<u>Valor justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1	7	1	7

b) Categorias de instrumentos financeiros

	<u>Custo amortizado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivos Financeiros		
Circulante		
Fornecedores	1	7

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O plano de recuperação judicial da Companhia permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota 1.1. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

9. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso - Arrendamento	3	526	257
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	5.2	-	683

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

10.1 Homologação aumento de capital da controladora indireta Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora indireta Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora indireta Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora indireta Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

10.2 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

10.3 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora indireta Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

* * *